

PARTIDOS

Alerj decide tirar Bacellar da cadeia

Por ampla maioria, deputados estaduais fluminenses aprovam o parecer que revoga a prisão preventiva do presidente da Assembleia Legislativa por vazamento de informações

Por 42 votos a favor, 21 contrários e duas abstenções, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, ontem, um projeto de resolução que prevê a revogação da prisão preventiva do presidente da Casa, Rodrigo Bacellar (UB). A medida teve como relator o deputado estadual Rodrigo Amorim (PL).

Bacellar foi preso na quarta-feira da semana passada, suspeito de ter vazado informações da Operação Zargun, que capturou o então deputado estadual TH Joias, suspeito de ligação criminosa com a facção Comando Vermelho (CV). A prisão foi determinada após mandado expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que foi cumprido pela Polícia Federal no âmbito da Operação Unha e Carne.

O relatório de Amorim, que é líder do governador Cláudio Castro na Alerj, não trata do mérito da prisão e das medidas cautelares impostas por Moraes, apenas sobre a revogação da prisão de Bacellar.

A votação provocou divisão entre os parlamentares. A maioria saiu em defesa do presidente da Alerj e do governador, como o deputado estadual Alexandre Knoploch (PL). Para o parlamentar, a decisão de Moraes “não se sustenta” e, segundo ele, não há envolvimento de TH Joias e do Comando Vermelho com Cláudio Castro e Rodrigo Bacellar.

“O que nós temos no que nós recebemos aqui nesta Casa? Nós recebemos a decisão do ministro Alexandre Moraes. O que nós temos nessa decisão? Três prints. Um deles, do deputado TH Joias mandando: “Mudei o telefone”. E o presidente Rodrigo Bacellar respondendo com um meme. Um meme simples, um único meme”, disse Knoploch.

Já o deputado Flávio Serafini (PSol), da oposição, defendeu que os elementos probatórios para a

Thiago Lontra / Alerj



Rodrigo Bacellar foi preso na semana passada sob suspeita de vazar informações da PF a TH Joias

prisão de Bacellar “estão colocando” e são “gravíssimos”.

“Até o dia 3 de setembro deste ano, a gente tinha aqui nesta Casa um suplente de parlamentar no exercício do mandato (TH Joias), acusado de lavar dinheiro, de importar drogas, de importar armas, de importar equipamentos antidrones para fornecer às organizações criminosas, para as facções que atuam aqui no Estado do Rio de Janeiro”, disse.

Moraes analisa

O deputado Rafael Picciani (MDB), que ocupava uma secretaria no governo de Castro e foi exonerado para que retornasse à Alerj, foi um dos dois parlamentares que se abstiveram. Segundo o deputado, ele preferiu não votar

porque se tornou parte do processo e, inclusive, depôs na PF sobre a manobra regimental.

Bacellar é suspeito de envolvimento no repasse de informações que teriam antecipado detalhes da operação que mirava o deputado estadual TH Joias. Segundo a PF, o vazamento comprometeu o andamento das investigações que resultaram na prisão de TH Joias.

Embora a Alerj tenha aprovado a sultura com base na jurisprudência do próprio STF, de 2019, que permite às assembleias legislativas revogar ordens de prisão contra deputados estaduais, a decisão de ontem será analisada pelo ministro Alexandre de Moraes, que pode determinar medidas cautelares para libertar o presidente do Legislativo fluminense. (Agência Estado)

Paraná: PP veta Moro

» JUNIO SILVA

O Partido Progressistas (PP) do Paraná decidiu, ontem, não homologar candidatura do senador Sérgio Moro (União Brasil-UB) ao governo estadual nas eleições do ano que vem. O presidente do partido, Ciro Nogueira (PI), afirmou que não irá interferir na decisão da legenda. O veto a Moro foi unânime e criou um impasse na União Progressista, federação que une PP e UB. Recentemente, as siglas foram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para pedir a aprovação da federação.

Nas redes sociais, o presidente do UB, Antonio Rueda, classificou o veto como “arbitrário” e “inaceitável”. “O União Brasil tem o senador Sérgio Moro, líder absoluto em todas as pesquisas como pré-candidato ao governo do estado do Paraná e irá insistir na homologação da candidatura”, escreveu.

Moro também se pronunciou nas redes, afirmando que o partido seguirá em diálogo com o PP. “Política se faz com diálogo, respeito e não com vetos ou imposições arbitrárias. O Paraná anseia a boa política para a modernização que o estado e a sua população merecem”, declarou. “Nossos únicos adversários são o PT, o atraso e o crime organizado.”

O PP compõe a base do governador Ratinho Junior (PSD), que pretende lançar um candidato do grupo político dele, no ano que vem. Já há uma lista de interessados na candidatura, e a palavra final deve ficar com Ratinho.

Na reunião que decidiu pelo veto, o deputado federal Ricardo Barros, presidente do diretório paranaense do PP, citou a falta de entendimento com o União como fator determinante para o apoio. Ele afirma que Moro teve sete meses para dialogar com as lideranças, mas as conversas “não prosperaram”.

» Saúde tira Michelle do PL Mulher

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se afastou da presidência do PL Mulher por motivos médicos. A informação foi dada, ontem, pelo partido e compartilhada por Michelle em suas redes sociais. Segundo a nota, ela vinha sofrendo com “alterações de saúde” que “foram agravadas” após a prisão do marido. Com o afastamento, o evento do PL Mulher previsto para 13 de dezembro, no Rio de Janeiro, foi transferido para o ano que vem.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A cartada de Bolsonaro, a perplexidade do Centrão e o favoritismo de Lula

A decisão de Jair Bolsonaro de lançar o filho Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como seu representante na disputa presidencial de 2026 estava escrita nas estrelas, mesmo assim sua antecipação caiu como uma bomba no tabuleiro político — e, sobretudo, no coração do Centrão. O movimento atropelou negociações em curso para unificar a oposição em torno da candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e embaralhou pactos tácitos que estavam escalando os confrontos do Congresso com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o Supremo Tribunal Federal (STF).

O anúncio do senador Flávio Bolsonaro mostrou que o ex-presidente Jair Bolsonaro, mesmo condenado e preso, não pretende exercer um papel decorativo enquanto cumpre pena por tentativa de golpe de Estado. Continua a operar politicamente com a convicção de que ainda possui o maior ativo eleitoral da direita. A perplexidade do Centrão não nasce exatamente da surpresa, mas da reversão de expectativas em torno das articulações para tornar irreversível a candidatura de Tarcísio. A aposta era transformar o bolsonarismo numa usina de votos da direita, direcionável em troca de um compromisso futuro com o indulto presidencial.

Com Tarcísio de Freitas, supostamente, haveria previsibilidade, disciplina e, sobretudo, um roteiro com começo, meio e fim para um programa de privatizações das estatais e enxugamento do estado para zerar o déficit público e financiar obras de infraestrutura. A entrada de Flávio Bolsonaro esfarela essa narrativa, porque substitui o pragmatismo programático da Faria Lima pela narrativa ideológica de extrema-direita. Além disso, devolve a disputa ao terreno emocional do bolsonarismo raiz, onde a lógica não é a da governabilidade, mas a da lealdade.

Bolsonaro pai mostra que não pretende transferir sua herança política a um futuro mandatário sem garantias imediatas. Em vez de um indulto a ser negociado adiante, exige anistia já — e usa a candidatura do próprio filho e o PL para dobrar o Republicanos, o União Brasil e o Progressistas. Quando Flávio fala do “preço” de sua desistência apenas reforça que a sua presença no páreo é mais uma missão político-ideológica do que um projeto de poder.

O primogênito não se apresenta como candidato competitivo, mas como o emissário mais confiável do ex-presidente. Munido da carteira da OAB, é quem visita Bolsonaro com mais frequência na prisão, quem repassa recados ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e centralizará as negociações com Ciro Nogueira, Antonio Rueda, Marcos Pereira e Rogério Marinho. Essa prerrogativa de cuidar do espólio eleitoral e do futuro do pai desestabiliza o campo à direita. Tarcísio de Freitas, até então o nome mais forte e mais palatável ao mercado, mergulhou para não se tornar o centro das atenções e entrar em conflito aberto com o clã. Somente entrará na disputa nacional se tiver a bênção explícita de Bolsonaro.

Adversário ideal

Tarcísio não pode correr o risco de deixar o governo de São Paulo para ser ultrapassado por um Bolsonaro e ficar fora do segundo turno; nesse caso, perderia tudo. Enquanto isso, outros nomes da oposição sonham com os votos da direita: os governadores do Paraná, Ratinho Júnior (PSD); de Minas, Romeu Zema (Novo); de Goiás, Ronaldo Caiado (União); e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD). Entretanto, a fragmentação à direita, que o Centrão tentava evitar, facilita a vida do presidente Lula, para quem Flávio Bolsonaro será o adversário ideal no segundo turno.

Pesquisas de opinião mostram que Lula não vencerá no primeiro turno e terá pela frente alguém do campo da direita. Nesse cenário, o nome mais frágil — e mais conveniente ao petismo — é justamente o do filho do ex-presidente. Sua rejeição já alcança 38% e tende a crescer rapidamente à medida que a campanha se intensifique. Ao contrário de Tarcísio, que poderia atrair setores moderados e empresarialmente confiáveis, Flávio é um candidato marcado por escândalos e pela dificuldade de se desvincular do extremismo do pai.

O sobrenome Bolsonaro reativa, imediatamente, o antipetismo mais extremo, mas também resgata, com igual força, o antibolsonarismo que foi decisivo em 2022. Flávio não tem a habilidade populista do pai, nem o perfil gestor de Tarcísio, nem a aura outsider que mobilizou Michele Bolsonaro em determinados círculos evangélicos. Carrega, sim, rejeição elevada e uma proposta impopular: a anistia aos condenados por tentativa de golpe, entre os quais o seu pai.

Flávio facilita a vida do lulismo e do PT. Ou seja, reativa o repertório petista da defesa da democracia, do legado institucional e da comparação entre governos, explorando sobretudo a pandemia de Covid-19. Sim, o sobrenome Bolsonaro mobiliza as parcelas mais agueridas da oposição, porém, assusta os moderados e força a polarização, que favorece Lula perante o eleitorado de centro.

Esse diagnóstico está muito consolidado no Centrão, cujos líderes estão se descolando de Bolsonaro como quem sai de uma festa à francesa. Há um entendimento de que múltiplas candidaturas ajudam a “somar forças no segundo turno”. Entretanto, Flávio Bolsonaro não é um candidato de centro-direita, como os demais; é de extrema-direita mesmo, ou seja, alguém que desperta menos confiança nos segmentos empresariais, na classe média urbana e no eleitorado moderado do Sudeste, que ficariam órfãos no segundo turno.

Sabino é expulso do União

» FERNANDA STRICKLAND
» LETÍCIA CORRÊA*

O União Brasil decretou a expulsão, ontem, do atual ministro do Turismo, Celso Sabino do partido. A decisão ocorreu em uma reunião da Comissão Executiva Nacional da legenda, nesta tarde. Um total de 3/5 dos membros da Executiva apoiou a expulsão e o cancelamento da filiação do ministro.

“A expulsão decorre de uma apresentação apresentada contra Sabino, que permaneceu no governo federal, em atitude contrária a uma determinação do partido anunciada em setembro envolvendo todos os filiados”, afirmou, em nota, o partido.

A presença de Sabino é discutida desde setembro deste ano, quando o União Brasil rompeu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deu um prazo de 30 dias para que todos os filiados que ocupavam cargos ligados ao governos se retirassem. O partido reiterou que quem continuasse trabalhando com o líder petista seria implicado de “infidelidade partidária” e o ministro, mesmo assim, decidiu ficar.

O deputado federal licenciado anunciou que chegou a enviar uma carta de demissão ao presidente da República, mas que Lula pediu para que ele ficasse no cargo por mais tempo. Não cumprindo o prazo, o parlamentar ficou suspenso da legenda, desde outubro, sendo alvo de processo no Conselho de Ética do partido.

Nas suas redes sociais, Celso Sabino comentou sobre a expulsão do partido. Em transmissão ao vivo, ele classificou a decisão — aprovada por 24 votos em votação secreta — como “injusta”. Afirmou, ainda,

Divulgação/Rayra Paiva Branco



Celso Sabino decidiu permanecer no cargo de ministro do Turismo

que não irá “se curvar” às pressões internas e confirmou que seguirá tanto no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto em sua pré-candidatura ao Senado.

“Jamais vou me curvar e não me faltará coragem”, desabafou. Sabino atribuiu a expulsão ao fato de permanecer no comando do Ministério do Turismo e apoiar o governo Lula. “Pelo fato de eu estar servindo o Brasil com o projeto do presidente Lula, é o projeto em que eu acredito”, frisou.

Sabino reforçou que continuará alinhado ao Palácio do Planalto, destacando que a escolha está relacionada ao que considera o “melhor projeto para o país”. “Minha exclusão do partido se deu pelo fato de continuar ajudando o Pará, de continuar trabalhando no Ministério do

Turismo, servindo ao Brasil, optando pela escolha que entendo — e a grande maioria dos brasileiros entendem também — que é o melhor projeto para o país”, afirmou. O ministro também ressaltou que é “fiel e limpa” e que a saída da União Brasil “é com a cabeça erguida, com o sentimento de que fui injustiçado, mas que fiz a coisa certa”.

A expulsão ocorreu por conta de disputas internas na legenda e à resistência à permanência de Sabino no ministério do governo Lula. Mesmo após o rompimento oficial com a cúpula da União Brasil, o ministro reforçou que permanecerá à frente da pasta do Turismo e não retira a pré-candidatura ao Senado pelo Pará.

* Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria